



**ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO**

**ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO DA
PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA
LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO-CE**

Às 09:10 horas (nove horas e dez minutos) do dia 27 (vinte e sete) de outubro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), compareceram à sessão da Câmara Municipal os vereadores **Antônio Bezerra Primo, Antônio Waltene F. De Alcântara, Cícero Porfírio da Silva, Edson Ferreira Lima, Everton Oliveira Calixto, Flávio Jorge de Lima, Francisco Lourenço de Andrade, Heloísa Aurélio de Meneses Pereira, João Ferreira de Alencar, Manoel Domingos da Silva e Raul Franklin Carvalho de Souza**. Em nome de Deus e da democracia, o senhor presidente, vereador Flávio Jorge de Lima, declarou aberta a sessão ordinária e indagou, segundo o artigo 132 do Regimento Interno, se os vereadores pretendiam retificar a ata da sessão anterior, previamente enviada por meio eletrônico. Não havendo retificação, a ata foi aprovada por todos. Em seguida, não havendo nenhuma matéria ou ofício a ser apresentado no Expediente, a palavra foi passada aos vereadores, por ordem de inscrição. O vereador Julinho da Saúde, que saudou a todos, disse estar preocupado com a questão da covid-19 no município de Farias Brito, no Brasil e no mundo. Pediu cuidado e conscientização em relação a isso. Informou que esteve com a secretária de saúde para falar sobre a sua preocupação, e ela lhe informou que o município irá tomar providências, o que ele espera que aconteça. O presidente lembrou de reunião acontecida na última segunda na Câmara com representantes do IBGE para tratarem sobre próximo Censo Demográfico. O vereador Everton Calixto, que saudou a todos, agradeceu a gestão no nome da primeira dama por atender a requerimento seu sobre demanda de água no Sítio Caiçara. Agradeceu também ao secretário de agricultura, Alfredo, por estudo feito para a construção de um poço na região. O vereador Edson Ferreira, que saudou a todos, parabenizou o ex-presidente Lula por seu aniversário de 76 anos. O vereador registrou evento ocorrido na última quinta-feira, no auditório do CRAS, uma capacitação com servidores e uma reunião ampliada do Conselho de Políticas sobre Drogas, o qual é presidente representando a Câmara Municipal. Ele destacou a importância do evento, que possibilitou mapear as potencialidades e desafios para tratar da política sobre as drogas no município. Agradeceu a atenção da secretária executiva, Raquel Max, e Socorro França, secretária de Proteção Social, representantes do Governo do Estado. O vereador informou que, atendendo a requerimento seu, o Governo do Estado autorizou a instalação de uma turma para o município de Farias Brito no programa de capacitação profissional



ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

“Criando Oportunidades”, da Secretaria de Proteção Social (SPS). O vereador Deir da Catingueira, que saudou a todos, expôs problemas com iluminação pública na praça da Catingueira. Pediu ao secretário Samuel Linhares que veja a situação, pois o problema elétrico também está gerando problemas no abastecimento de água. O presidente citou a ENEL para falar de queda de energia acontecida na Câmara e em outras localidades do município. Ele também deixou registrado o aniversário do vereador João Camilo. A vereadora Preta, que saudou a todos, deu os parabéns ao vereador João Camilo e destacou o fórum a respeito das drogas. Ela ressaltou a importância do evento e a complexidade da situação em torno das drogas. Lembrou que, como assistente social, vem vivenciando várias coisas no município. Citou incêndio no município para defender ainda mais a necessidade de uma brigada de incêndio em Farias Brito. Fez um apelo para colocar essa brigada para funcionar. O vereador Chicão da Canabrava, que saudou a todos, falou sobre a queda de energia acontecida no município, lembrando que essa queda já havia acontecido na Canabrava. Pediu ao secretário responsável e à ENEL que tomem providências quanto a isso, já que é algo que gera problemas à população, como perdas de eletrodomésticos. O vereador Raul da Serra, que saudou a todos, desejou feliz aniversário ao colega João Camilo e desejou um bom trabalho a todos. O vereador Cícero Baixinho, que saudou a todos, parabenizou o colega João Camilo e agradeceu a presença do amigo Simplício, que já prestou muitos serviços para o município, principalmente ao esporte. O presidente também mandou um abraço ao amigo Simplício. Ele parabenizou os pais pela criação dada a ele e aos irmãos. Orgulhou-se por uma de suas irmãs, que é funcionária da Universidade Federal de Pernambuco e que antes da pandemia rodava o mundo dando palestras, ter sido citada em uma importante revista russa. Falou aos funcionários, principalmente os professores, que eles não desistiram do pagamento dos precatórios. Pediu que o discurso de ódio nas redes sociais seja deixado de lado, e que o erro, quando aconteça, possa ser reconhecido, citando caso específico ocorrido na gestão do ex-prefeito Zé Maria. Ele disse que anteriormente, quando professor, foi perseguido após denúncia sobre merenda escolar, mas não recebeu amparo do sindicato. Pediu que haja reflexão, moderação, para que não haja ataques injustos, lembrando de erros do passado para consertá-los. Lembrou que em manifestação dos professores e sindicato foi colocado áudio negativo seu, mas não foi colocado áudio de sessão quando defendeu a classe. Lembrou que os erros e acertos devem ser lembrados, e os primeiros devem ser refletidos para que haja consertos em prol da população do município. A vereadora Preta também citou a situação da Covid e disse que a população deve se conscientizar, caso contrário nenhuma medida de contenção da pandemia dará



ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

certo. Lembrou que as pessoas estão deixando de usar até a máscara. O vereador João Camilo, que saudou a todos, falou que a situação do Maranhão em relação à pandemia está complicada, citando o problema como geral no país. Pediu que eles se sentassem com o prefeito e a secretária de saúde para discutirem a situação, principalmente sobre a questão de festas, que aglomeram. O vereador Julinho da Saúde saudou amigo Simplício e disse que sua preocupação quanto à pandemia é por já ter sido vítima da doença. Falou que não defende o fechamento do comércio, mas é a favor de regras rígidas em relação aos protocolos de segurança. Disse que a conscientização seria importante para evitar medidas mais rígidas. O vereador Professor Waltene, que saudou a todos, falou que algumas medidas em relação à covid-19 não são mais aplicáveis. Disse que nunca foi a favor do fechamento da forma que foi feito, mas havia a necessidade de um isolamento seletivo. Lembrou que a vacina está sendo aplicada e que é um erro grosseiro fechar a economia novamente. Defendeu a conscientização das pessoas e que o que pode ser discutido é a suspensão de algumas atividades não essenciais, mas não o fechamento das atividades econômicas no país novamente. O vereador Edson Ferreira desejou felicidades ao colega João Camilo e saudou Simplício. Sobre a pandemia, ele disse que o debate deve ser em torno da restrição de algumas atividades recreativas que geram aglomeração e não sobre o fechamento das atividades econômicas. Defendeu que essa restrição, de algumas atividades nos fins de semana, deve ser coordenada com outros municípios vizinhos. O presidente corroborou com a ideia e disse que não adianta restringir só em Farias Brito. Em seguida, dando início à Ordem do Dia, o procurador da casa fez a Leitura do - Parecer nº 037/2021, da Comissão Permanente, sobre o mérito do Projeto de Lei Complementar nº 004/2021, do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação do distrito industrial em Farias Brito – CE e adota outras providências. O parecer favorável à aprovação do projeto foi colocado em discussão e posteriormente em votação. O parecer foi aprovado por todos. Dando prosseguimento, o procurador fez a leitura do Parecer nº 038/2021, da Comissão Permanente, sobre o mérito do Projeto de Lei nº 019/2021, do Poder Executivo, que dispõe sobre a autorização para doação de imóvel à agência de desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE e adota outras providências. O parecer favorável à aprovação do projeto foi colocado em discussão. O vereador Edson Ferreira ressaltou que a grande promessa do projeto político ao qual faz parte foi a geração de emprego e renda para os municípios, o que começa a ser criado com esses dois últimos projetos lidos. Destacou a participação direta do prefeito na articulação e viabilização desse distrito industrial. Disse que a geração de emprego é um processo, mas que está feito um trabalho voltado a isso. O vereador Deir da Catingueira destacou a



ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

importância do projeto e pediu que os governantes concluam as obras para gerar emprego e renda para o município. O parecer foi colocado em votação e foi aprovado por todos. Em seguida, o procurador fez a leitura do Parecer nº 039/2021, da Comissão Permanente, sobre o mérito do Projeto de Lei nº 011/2021, de autoria da Vereadora Preta, que assegura o direito da pessoa com deficiência ao transporte especial gratuito e adota outras providências. O parecer contrário à aprovação do projeto foi colocado em discussão. A vereadora Preta defendeu a aprovação do projeto, já que visa a garantia de direitos, o que está previsto na Constituição. Ela citou a Lei Complementar 173/2020, que dá auxílio aos estados e municípios durante a pandemia, mas que cria contrapartidas, como a proibição de aumento de despesa pública durante o ano de 2021. No entanto, na sua opinião o projeto em discussão não fere a referida lei, já que ela prevê uma exceção para o aumento de despesa se houver compensação financeira, ou seja, um aumento de receita. No caso de Farias Brito, ela falou que o houve aumento de receita em relação ao ano passado, o que daria margem para o município gastar em algo importante como o transporte especial. Disse que várias despesas foram cortadas, inclusive na saúde, no ano de 2021, e que o valor gasto com o projeto seria menor que o aumento da arrecadação municipal no ano. Além do mais, ela argumentou que não haverá, necessariamente, um aumento de despesas, já que há carros disponíveis no município para o transporte e o projeto dá margem ao executivo para realizar o serviço da maneira mais conveniente, inclusive deixando em aberto a criação de uma tarifa social para o fim. Destacou que o projeto é destinado para quem realmente tem necessidade, e que é possível, através do CRAS e com base no Bolsa Família, o levantamento quanto a isso. Ela falou que foi combinado de as despesas relativas ao projeto começarem apenas no ano de 2022, embora também desse para o município também realizá-las ainda em 2021. Ela lembrou que houve uma economia com gastos com combustível, em virtude da pandemia. Concluiu falando que o projeto é necessário e que vai beneficiar muita gente, e que o mesmo dá toda a abertura para o executivo realizar o serviço da melhor maneira possível para as contas públicas. O vereador Raul da Serra falou que o projeto é louvável, mas seria mais louvável se tivesse sido apresentado antes da Lei 173/2020 ou após a sua vigência. Pediu para a vereadora tirar o projeto de pauta para após o período de vigência da Lei Complementar 173/2020 ser colocado novamente em discussão. Fez a leitura do artigo oitavo da referida lei que embasa a proibição de criar despesa obrigatória. Ele argumentou que o projeto criaria uma tarifa social para custear o transporte, o que seria uma despesa obrigatória. Ele argumentou também que o projeto é de caráter continuado, o que seria outro fator impeditivo para a aprovação do projeto no momento. O



ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

vereador lembrou que no começo do ano o reajuste dos servidores foi aprovado, com toda boa vontade, na Câmara, mas que agora chegou recomendação para o reajuste ser retirado. Disse que não adianta fazer o mesmo com o projeto. Ele falou que pesquisou jurisprudência a respeito, que não é favorável ao projeto, caso levado à justiça. A vereadora Preta falou que o direito relativo ao projeto era garantido antes, mas agora os populares estão cobrando. Ressaltou que é um direito assegurado pela constituição e disse que foi feita uma emenda para o projeto começar ano que vem, mas o vereador Raul rebateu dizendo que a lei 173 ainda pode ser prorrogada. A vereadora Preta disse que a comissão sugeriu a emenda, e o vereador Raul falou novamente que o projeto poderia entrar em pauta depois da vigência da lei, já que o momento não permitiria aprovar uma lei como essa, apesar de ser a favor do transporte. O vereador Julinho da Saúde falou que esperava que a vereadora retirasse o projeto de pauta por enquanto, pois ele sabe das dificuldades das pessoas que precisam desse transporte, mas o momento não é oportuno para o projeto. Destacou que o projeto é bom, mas é preciso de debate sobre para não gerar frustração à população. Pediu que fosse discutido no próximo ano, após o prazo de vigência da Lei 173/2020. A vereadora Preta reiterou que foi colocada emenda ao projeto, na Comissão Permanente, para fazer o projeto valer apenas em 2022. O vereador Edson Ferreira falou que o mérito do projeto é inquestionável, mas discutiu sobre a legalidade dele. Ele explanou que o projeto não trata somente de regulamentação, mas traz outro elemento que é a criação de uma tarifa social, fazendo que o município pague a passagem dos passageiros, o que seria uma despesa nova e de caráter permanente, enfrentando resistência ao texto da Lei Complementar 173/2020. Ele também expôs um vício de legalidade no projeto, no tocante ao processo de chamada pública de licitação. Ele disse que segue o parecer do relator, mas se compromete a ajudar a regulamentar o transporte sanitário da população. Louvou a iniciativa da vereadora e disse que discordou do projeto apenas na questão da legalidade. O vereador Deir da Catingueira falou que o projeto é importante e pontuou que na administração passada o transporte para as pessoas com necessidades funcionava melhor. Destacou que sabe bem o que é essa situação, pois têm duas crianças especiais. Falou ainda que o prefeito disse que, apesar de não poder fazer nova despesa, irá comprar uma moto para cada agente de saúde trabalhar, o que é uma coisa boa, porém contraditória. A vereadora Preta ressaltou que o projeto foi discutido o suficiente e que houve um acordo para ele entrar em vigor apenas no ano que vem. Destacou novamente a importância do projeto para os que precisam, falando que vai defender o mesmo até o fim. O vereador Chicão da Canabrava ressaltou que os vereadores têm que ter compromisso com o que é bom para o



ESTADO DO CEARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO

povo. O presidente interrompeu, pedindo que o vereador falasse de forma restrita ao projeto nesse momento. O vereador Everton Calixto disse que a base não é contra o projeto de Preta, mas ela quer trabalhar em cima da lei. Pediu que os vereadores não pregassem discurso de ódio para a população. O parecer foi colocado em votação e foi aprovado por maioria, sendo que a vereadora Preta e os vereadores Chicão da Canabrava e Deir da Catingueira votaram contra. Em seguida, o procurador da casa fez a leitura do Parecer nº 040/2021, de autoria da Comissão Permanente, sobre o mérito do Projeto de Lei nº 012/2021, de autoria da vereadora Preta, que dispõe sobre a política municipal de medicamentos e adota outras providências. O parecer desfavorável à aprovação do projeto foi colocado em discussão. A vereadora Preta defendeu que o projeto assegura direitos e votar contra ele é votar contra a população necessitada. Defendeu que a distribuição de alimentos deva ser uma política municipal e falou que não vê aumento de despesa. O vereador Professor Waltene disse que a Portaria 1554/2013 determina responsabilidades de distribuição de remédios e tratamentos aos entes federativos, defendendo que medicamentos de alto custo são de responsabilidade do Governo Federal. Falou que o artigo quinto do projeto em discussão trata do fornecimento da medicação de alto custo pelo município, o que fere a portaria, por isso ele é contra o projeto. O que mais o projeto solicita, ele afirmou que já está sendo realizado no município. O vereador Edson Ferreira defende o mérito do projeto, mas é contra a sua legalidade, pois fere a portaria citada pelo vereador Professor Waltene, já que iria responsabilizar o município por algo que não é de sua responsabilidade, a assistência farmacêutica especializada, que seria de responsabilidade do Estado. O vereador falou que o município recebe verba para atenção básica e não para a especializada, assim, aprovar o projeto sem uma forma de custeio, uma contrapartida, iria gerar prejuízo para a saúde do município. O vereador Professor Waltene acrescentou que mesmo o Estado tem dificuldades para disponibilizar tal tratamento especializado e que responsabilizar o município iria prejudicar a realização de outros procedimentos que ele já realiza. A vereadora Preta disse que o projeto visa também diminuir o acionamento da justiça para fazer com que as pessoas recebessem a medicação, mas, caso não aprovado, isso iria continuar acontecendo. O parecer foi colocado em votação e aprovado por maioria, sendo que a vereadora Preta e os vereadores Chicão da Canabrava e Deir da Catingueira votaram contra. Em seguida, não havendo mais nada a tratar, o presidente declarou encerrada a sessão. Eu, Everton Oliveira Calixto, lavrei a presente ata que será assinada pelos vereadores. Plenário Luiz Pereira da Silva da Câmara Municipal de Farias Brito, Ceará, 27 de outubro de 2021.